

BOMBA-RELÓGIO: REGAP REGISTRA QUATRO ACIDENTES EM 45 DIAS

A conta do desmonte promovido pela atual direção da Petrobrás não para de chegar para os trabalhadores. E a fatura tem chegado, principalmente, com o aumento da insegurança nas unidades operacionais da empresa, inclusive na Regap.

No último domingo (24), a refinaria registrou o quarto acidente em um período de 45 dias. Segundo relato de operadores, uma carga que era transportada de maneira precária na CCF caiu quando o moitão subiu de forma rápida e colidiu com a estrutura superior da ponte rolante, arrebatando a corrente.

Segundo informações obtidas pelo Sindipetro/MG, a ponte rolante operava sem motor lento e sem fim de curso e, por isso, a operação era feita por meio de catracas. Além disso, uma Gestão de Mudança assinada pela gerência da Regap autorizava a realização do processo dessa forma.

Apesar da gravidade, o caso não foi tratado como acidente, e sim como incidente. Por isso, não foi

aberta uma comissão de investigação para apurar o fato e também não houve comunicação ao Sindicato.

No entanto, o trabalhador que operava a máquina no momento da queda foi responsabilizado e obrigado a fazer um curso de reciclagem. Agora, o Sindipetro/MG quer saber: qual será a punição do gerente que autorizou a realização do serviço sabendo as condições da ponte rolante?

FÁBRICA DE ACIDENTES

Mesmo sem vítimas, todos os acidentes na Regap foram de alto risco para os trabalhadores e para a comunidade do entorno da refinaria.

No dia 14 de setembro um vazamento de água ácida contaminou toda a área da HDT com amônia e foi necessário evacuar a unidade. A causa aparente do acidente foi o rompimento do selo da bomba, que operava com obstrução há alguns meses. Já no dia 10, um vazamento de petróleo em alta temperatura



Regap

provocou a parada da unidade 101 da UDAV-2. Na ocasião, a equipe de emergência foi imediatamente acionada, evitando uma explosão ou incêndio. Por fim, um vazamento de diesel contaminado provocou uma parada de emergência na unidade de hidrotreatamento U-110, na Regap, no dia 15 de agosto.

Todas essas ocorrências revelam a situação caótica das unidades operacionais, que estão se transformando em fábricas de acidentes. A redução de pessoal, provocada principalmente pela saída de trabalhadores no PIDV irresponsável da Petrobrás, aumentou a insegurança. Operadores experientes estão deixando a empresa e as unidades estão funcionando com excesso de dobras e horas extras. Esse número alarmante de acidentes, inclusive, já foi denunciado na última rodada de negociação da campanha salarial.

No caso da Regap, o Sindipetro/MG está participando das comissões de investigação dos acidentes notificados e denunciou a subnotificação de um deles. Também denunciou a insegurança na empresa na reunião que avaliava se a refinaria deveria manter sua certificação no Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos (Spie).

ATO EM DEFESA DA PETROBRÁS E DA SOBERANIA NACIONAL

No dia 3 de outubro, aniversário de 64 anos da Petrobrás, o Sindipetro/MG vai se unir aos petroleiros (as) e trabalhadores (as) de todo o Brasil para defender o maior patrimônio do povo brasileiro.

Participe você também do ato no Rio de Janeiro!

ASSEMBLEIAS REJEITAM PROPOSTA DA PETROBRÁS

Nas assembleias realizadas ao longo desta semana, petroleiros da Regap, Termelétrica Aureliano Chaves e Transpetro rejeitaram a proposta apresentada pela Petrobrás para o ACT 2017/2019. Reafirmando a posição de que “com redução de direitos, não tem acordo”, a maioria dos trabalhadores também votou a favor do estado de assembleia e de greve permanente e o fim das interinidades na empresa.

A proposta da Petrobrás revela uma tentativa de desmonte do ACT motivada por questões políticas. Para a FUP e seus sindicatos, não há justificativa econômica para uma proposta que extingue direitos e reduz em mais de um terço o ACT da categoria.

A Petrobrás propõe o fim do auxílio almoço, da Gratificação de Campo Terrestre, do Benefício Farmácia, do Programa Jovem Universitário, da promoção por antiguidade de Pleno para Sênior em cargos de Nível Médio, e redução das remunerações da hora extra, dobradinha, troca de turno, gratificação de férias, entre outros.



Petrobrás assina acordo da manutenção

A Petrobrás assinou nesta semana o acordo sobre a realização de horas extras pelos empregados da Manutenção e Inspeção de Equipamentos da Regap. O documento deve começar a valer nos próximos dias.

O caso teve início com um processo aberto pelo Sindipetro/MG em 2011, pedindo que o serviço realizado pelos empregados do setor durante as paradas de manutenção fosse feito em regime de turno. Porém, a Justiça proibiu a

realização de horas extras, o que acabou sendo prejudicial, pois não só deixou de atender à reivindicação inicial da categoria, como também impediu que se fizesse hora extra no horário noturno.

O Sindipetro/MG fez uma assembleia com os empregados e eles deliberaram pela prática de uma jornada de 10h no horário noturno. Em junho a proposta foi acertada entre o Sindicato e a empresa, mas o acordo só tem validade após homologação da Petrobrás.

ENTENDA O DÉFICIT DA PETROS

Com o fechamento do PP-1 por decisão unilateral da Petrobrás, a FUP e seus sindicatos lutaram pela criação de um novo plano de previdência para os novos empregados. Após 5 anos de negociações, foi criado o Plano Petros 2 e, por um ano, a Petros abriu um programa de repactuação para quem quisesse migrar para o novo plano.

Ao todo, 58.317 petroleiros da ativa, aposentados e pensionistas do Plano Petros repactuaram o regulamento do plano em 2008. Ou seja, 72,78% dos participantes e assistidos do plano concordaram com as mudanças regulamentares, que resultaram no

maior acordo da história do movimento sindical e do sistema de previdência complementar brasileiro.

Além disso, a FUP garantiu que a Petrobrás assumisse integralmente o custo do plano durante o período em que os trabalhadores admitidos após 9 de agosto de 2002 ficaram sem previdência complementar.

Isso significa que, para cada R\$ 1 investido pelo trabalhador, a patrocinadora aportou R\$ 3.

Diante do déficit no PP-1, a FUP e seus sindicatos buscaram formas de negociar o equacionamento e conseguiram adiar a

cobrança, na tentativa de buscar a melhor forma de resolver o déficit sem prejudicar os participantes e assistidos.

Em outra frente, a FUP também questiona alguns itens do déficit e defende que as patrocinadoras assumam a responsabilidade por investimentos mal feitos pela administração do plano e paguem parte da conta imposta aos participantes e assistidos.

Já após a aprovação do equacionamento, a FUP entrou com uma Ação Civil Pública para barrar a cobrança das contribuições adicionais e também exige a realização de auditorias externas e independentes do déficit.

‘Sem a repactuação apoiada pela FUP e seus sindicatos, o déficit no PP-1 seria, pelo menos, R\$ 11 bi maior’

‘O PP-2 foi uma conquista da FUP e seus sindicatos para os novos empregados contratadas a partir de 2002 e que não tinham plano de previdência’